

Judeus e marranos, em Portugal e no Brasil, na primeira metade do século XX: anti-semitismo e darwinismo social?

Jews and marranos, in Portugal and in Brazil, in the first half of the 20th century: anti-Semitism and social Darwinism?

João Paulo Avelãs Nunes*

<http://orcid.org/0000-0003-0419-9179>

Resumo

Procura-se neste artigo, por um lado, caracterizar a evolução dos portugueses de origem judaica do início do século XVI ao primeiro quartel de oitocentos; por outro lado, analisar a situação específica dos cidadãos portugueses e dos cidadãos brasileiros de origem marrana da década de 1830 ao imediato pós-Segunda Guerra e ao pós-Holocausto. Visa-se, ainda, reflectir sobre as possibilidades e sobre os riscos da definição de estratégias de patrimonialização e de intervenção sociocultural que tenham como fundamento, quer a produção historiográfica e outras ciências sociais, quer a memória e a pós-memória acerca dos judeus e dos marranos, em Portugal e no Brasil, na primeira metade do século XX. Utilizar-se-ão, para o efeito, categorias teóricas como as de anti-judaísmo e anti-semitismo, filo-semitismo e sionismo; nacionalismo, darwinismo social, racismo e xenofobia, eugenia, integrismo religioso e laicismo; discriminação, violência de massas e genocídio, processos transicionais. Lembro que cidadãos portugueses e cidadãos brasileiros de origem marrana foram, tanto alvo de discriminação por parte de concidadãos de cultura católica e de origem judaica, como marcados pelas sequelas da sua própria estratégia de sobrevivência e de resistência nos séculos de perseguição sistémica (séculos XVI a XVIII) e nas décadas de tolerância menos ou mais agressiva (décadas 1820 a 1970).

Palavras-chave: Judeus. Marranos. Anti-judaísmo. Anti-semitismo. Darwinismo social.

Abstract

This article seeks, on the one hand, to characterise the evolution of the Portuguese of Jewish origin from the beginning of the 16th century until

* Professor Associado de História Contemporânea da Secção de História do Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Investigador Integrado do Grupo 1 – História, Memória, Políticas Públicas do Centro de Estudos Interdisciplinares da Universidade de Coimbra. E-mail: jpavelas@fl.uc.pt

the first quarter of the 19th century and, on the other hand, to analyse the specific situation of the Portuguese and Brazilian citizens of Marrano origin from the 1830s until the immediate post-World War II and post-Holocaust period. The aim is also to reflect on the possibilities and risks of defining patrimonialisation and socio-cultural intervention strategies that are based either on historiographical production and other social sciences, or on memory and post-memory about Jews and Marranos, in Portugal and Brazil, in the first half of the 20th century. To this end, we will use theoretical categories such as anti-Judaism and anti-Semitism, philo-Semitism and Zionism; nationalism, social Darwinism, racism and xenophobia, eugenics, religious fundamentalism and secularism; discrimination, mass violence and genocide, transitional processes. I recall how, during the centuries of systematic persecution (16th-18th centuries) and the decades of more or less aggressive tolerance (1820s to 1970s), Portuguese and Brazilian citizens of Marrano origin were both targets of discrimination by their fellow citizens of Catholic culture and of Jewish descent, and were marked by the consequences of their own strategy of survival and resistance during the centuries of systematic persecution (16th to 18th centuries) and in the decades of less or more aggressive tolerance (1820s to 1970s).

Keywords: Jews. Marranos. Anti-Judaism. Anti-Semitism. Social Darwinism.

Introdução

Muito provavelmente menos conhecido do que as palavras judeus e cristãos-novos, o vocábulo marranos constitui, nos séculos XVI a XVIII, uma versão explicitamente insultuosa do termo cristãos-novos. Tratava-se dos súbditos portugueses de origem judaica, forçados a converterem-se ao catolicismo após 5 de Dezembro de 1496, os quais, residindo na Metrópole ou nos respectivos territórios não autónomos, manteriam ou não, clandestinamente, vivências religiosas — práticas culturais em geral — de tradição hebraica.

Dependendo da perspectiva ideológica adoptada, essa supostamente quase universal inclinação para “judaizar” decorreria de factores diferentes. Para as concepções sobretudo antijudaicas, os cristãos-novos ou marranos atentariam contra o “virtuoso monopólio do catolicismo” por apego temporário (individual e familiar) a hábitos religiosos anteriores. Para as leituras sobretudo proto anti-semitas, legitimadoras da longa existência do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição, os “crimes religiosos” praticados por

cristãos-novos ou marranos teriam âmbito glocal e resultariam de uma “natureza permanentemente maligna” dos judeus enquanto povo¹.

Por sua vez, nos séculos XIX a XXI, o termo marranos passou a representar os cidadãos portugueses, brasileiros e, talvez, de outros países e de territórios não autônomos, descendentes de portugueses de origem judaica e de portugueses cristãos-novos, que apenas mantinham ligação com uma pequena parte da cultura hebraica; que tinham perdido o contacto com outros segmentos da diáspora judaica em geral e com outras parcelas da re-diáspora sefardita em particular. Essa amputação seria uma consequência do esforço de camuflagem — de resistência e de sobrevivência — mantido durante quase cinco séculos de perseguição sistémica e, depois, de tolerância menos ou mais agressiva.

Em correlação com a permanência de tradicionais modalidades de discriminação anti-judaica e anti-semita por parte das sociedades envolventes, na Época Contemporânea os marranos conheceram (conhecerão ainda), também, outras formas de bloqueio e de exclusão. Saliento os fenómenos decorrentes dos traumas — individuais e colectivos — provocados pela longa exposição anterior a situações de discriminação e de violência de massas; de posturas de integrismo religioso ou de xenofobia defensiva por parte de lideranças ou de parcelas de comunidades judaicas; do facto de a generalidade dos marranos viverem em contextos socioculturais ‘precários’, isto é, marcados pela hegemonia de relações socioeconómicas periféricas, de culturas populares e/ou da cultura de massas².

Tendo em conta a elevada intensidade das transformações ocorridas, em Portugal e no Brasil, na primeira metade do século XX, procura-se, assim, neste artigo, em primeiro lugar sistematizar resultados de investigação já produzida sobre judeus e marranos, anti-judaísmo/anti-semitismo e filo-semitismo nos países e no período em causa. Visa-se, depois, reflectir acerca das potencialidades e dos riscos de estratégias de patrimonialização

¹ Cfr., nomeadamente, ALVES, Francisco Manuel (Reitor ou Abade de Baçal), “Preâmbulo”. *Os judeus no distrito de Bragança, Memórias Arqueológico-Históricas do Districto de Bragança*, Bragança: s.e., Tomo V, 1925, p. 7-18 [...]; NUNES, João Paulo Avelãs, “Anti-judaísmo e anti-semitismo, em Portugal, no Antigo Regime e na Época Contemporânea”, no prelo; REMÉDIOS, Joaquim Mendes dos. *Os judeus em Portugal*, vol. II, Coimbra: Coimbra Editora, 1928.

² Cfr., entre outros, GARCIA, Maria Antonieta. *Os judeus de Belmonte. Os caminhos da memória*. Lisboa: UNL, 1993.; MEA, Elvira Cunha de Azevedo. *O Porto judaico*. Porto: Evo Luna Edições, 2021; MILGRAM, Avraham. “Crypto-jews, sephardim, ashkenazim, and refugees from nazi Europe in early twentieth-century Portugal: together and apart”, *Contemporary Jewry*, 2020, p. 607-626; SCHWARZ, Samuel. Os cristãos-novos em Portugal no século XX. Lisboa: [Separata da revista *Arqueologia e História*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, “Prefácio do Dr. Ricardo Jorge”], 1925.

e de intervenção sociocultural que tenham como objecto de estudo e de intervenção a memória, a pós-memória e a realidade actual dos judeus e dos marranos em Portugal e no Brasil.

Arriscando alguma simplificação, diria que, em Portugal, desde a década de 1980 — a ditadura do Estado Novo, fortemente limitadora da investigação em historiografia/noutras ciências sociais e em tecnologias delas derivadas, foi interrompida apenas em 1974 —, ambas as vertentes do universo delimitado (judeus e marranos na Época Contemporânea) terão alcançado um similarmente mediano nível de aprofundamento. Diferentemente, no Brasil a evolução dos seus cidadãos de origem judaica terá sido muito mais investigada — incluindo a reconstituição e análise, quer dos respectivos contextos de origem como colonos, imigrantes, exilados ou refugiados; quer os respectivos contactos internacionais — do que a dos marranos, cuja mera existência é ainda pouco conhecida³.

Pressupostos epistemológicos, teórico-metodológicos e deontológicos

Considero que a historiografia em geral e, em particular, a análise historiográfica de problemáticas associadas a modalidades de discriminação tem suficiente importância nas sociedades contemporâneas para merecer tanto o debate das conclusões propostas como a apreciação das prévias escolhas epistemológicas, teórico-metodológicas e deontológicas. Penso que o mesmo raciocínio se aplica, por maioria de razão, a tecnologias derivadas da historiografia como são a divulgação científica e o jornalismo de património cultural, a didáctica e o ensino da História, a cultura organizacional e a diferenciação territorial, o património cultural e a museologia, o lazer e o turismo de património cultural.

Defendo, ainda, que uma das razões pelas quais, enquanto grupo profissional, os historiadores e os especialistas em tecnologias derivadas da historiografia têm menor prestígio e influência social decorre, tanto da precariedade do nosso debate epistemológico e teórico-metodológico, como da insuficiência da nossa auto-regulação deontológica. E o mais grave é que daí pode resultar, quer a redução do grau de objectivação e da operatividade do conhecimento que produzimos, quer a não cooptação do mesmo em processos exigentes de

³ Acerca da sobrevivência de marranos, no Peru, até à segunda metade do século XX, cfr. WACHTEL, Nathan. *Sous le ciel de l'Eden. Juifs portugais, métis & indiens. Une mémoire marrane au Pérou?* Paris: Éditions Chandeigne, 2020.

qualificação — por recepção crítica — da intervenção cívica e da actividade profissional.

Esboço, assim, no presente artigo, a enunciação das concepções epistemológicas, teórico-metodológicas e deontológicas que tenho procurado assumir enquanto historiador (ou seja, como investigador, professor e divulgador) sobre a problemática dos portugueses de origem judaica e dos marranos, do anti-judaísmo e do anti-semitismo, do filo-semitismo e do sionismo. Esses pressupostos estruturam, também, a minha actividade como estudioso e consultor em didáctica e ensino da História, cultura organizacional e diferenciação territorial, património cultural e museologia, lazer e turismo de património cultural.

No plano epistemológico, perfilho as perspectivas dos fundadores e dinamizadores do paradigma neo-moderno, emergente a partir da década de 1930. Advogo, assim, que, como cientistas, o máximo que os historiadores conseguem produzir e divulgar é conhecimento tanto quanto possível objectivante sobre a realidade (reconstituição e análise de objectos de estudo delimitados, incluindo a respectiva contextualização e comparação). Penso que esse esforço de objectivação é importante para a melhoria das condições de vida de todos os indivíduos e do grau de sustentabilidade das sociedades humanas; que a ciência depende da mobilização e do controlo da ideologia estruturante de cada investigador, do uso operativo de conceitos e de metodologias complexos, do diálogo inter e transdisciplinar, da disponibilidade para ouvir e — eventualmente — incorporar diferentes propostas de reconstituição e/ou interpretação.

Partilho as noções de que ciência (esforço de conhecimento tanto quanto possível objectivante da realidade) não é igual a tecnologia de base científica (esforço racionalizado de transformação da realidade num sentido previamente escolhido a partir de critérios de natureza cívica ou ideológica); de que cabe aos indivíduos, às organizações da sociedade civil e às instituições públicas decidir que destino dar aos resultados da investigação em ciência e em tecnologia. Apoio, igualmente, a ideia de que os historiadores, tal como os investigadores de outras ciências, devem intervir na produção de conhecimento tecnológico derivado da respectiva área de saber; devem contribuir para a gestão, aplicação e avaliação/aperfeiçoamento de soluções tecnológicas.

Discordo, pois, de muitos dos pressupostos nucleares dos paradigmas moderno e pós-moderno. Quanto ao paradigma moderno, responsável pelo decisivo processo de afirmação autónoma da ciência e das tecnologias de

base científica, afirma o carácter objectivo e definitivamente válido do conhecimento científico; a superioridade da ciência relativamente aos outros saberes — humanidades, artes, ideologia, senso comum —, bem como o rigor acrescido das “ciências exactas” por comparação com as ciências da natureza e, mais ainda, com as ciências sociais. Proclama, também, a identidade epistemológica entre ciência e tecnologia de base científica; a obrigatoriedade de os indivíduos e as sociedades humanas que visem promover o progresso adoptarem as conclusões/determinações indiscutíveis da ciência e da tecnologia de base científica.

Relativamente ao paradigma pós-moderno, consolidado na década de 1960, diferencia absolutamente conhecimento científico e tecnologias de base científica (decorrentes da reconstituição e análise das parcelas da realidade passíveis de serem abordadas a partir de modelos matemáticos) de narrativas ideológicas a propósito da realidade e das consequentes propostas de transformação da mesma. Os sectores pós-modernos mais radicalizados — à extrema-esquerda e à extrema direita — afirmam, mesmo, que o monopólio da abordagem ideológica se aplica, também, aos segmentos da realidade até agora estudados e transformados a partir da aplicação de modelos matemáticos (“ciências exactas”, ciências da natureza e tecnologias delas derivadas).

Face à quase exclusividade ou à exclusividade das ideologias — sistemas de valores que permitem “analisar criticamente”, valorar e intervir na realidade — como forma de conhecimento acessível aos seres humanos, caberia aos investigadores a produção e divulgação das narrativas o mais justas e mobilizadoras possível a propósito da realidade. Como o nível de justeza atribuído a cada leitura/estratégia de intervenção dependeria das concepções perfilhadas e o sub-universo dos destinatários estaria associado à identidade de cada sujeito de conhecimento (ao respectivo “lugar de fala”), estar-se-ia inevitavelmente perante um espaço de confronto permanente entre ideários, grupos identitários e poderes complementares e/ou opostos.

Em termos teórico-metodológicos, opto pelo recurso sincrético a contributos de correntes historiográficas como a nova historiografia, a historiografia estruturalista e a historiografia marxista crítica; pelo correlacionamento da prioridade atribuída à investigação empírica com o reconhecimento da centralidade da estruturação conceptual da análise; pela interdisciplinaridade e pela utilização simultânea de diversas escalas e temporalidades; pela comparação entre épocas e sociedades diferentes. Escolho, finalmente, advogar que as tecnologias derivadas da historiografia — a divulgação científica e

o jornalismo de património cultural, a didáctica e o ensino da História, a cultura organizacional e a diferenciação territorial, o património cultural e a museologia, o lazer e o turismo de património cultural — devem consistir, sobretudo, na disseminação das mais objectivantes e actualizadas propostas de interpretação historiográfica das problemáticas consideradas⁴.

Judeus, cristãos-novos e marranos, na Época Moderna e na Época Contemporânea, em Portugal e no Brasil

Depois de 5 de Dezembro de 1496, em Portugal e no respectivo Império — Brasil incluído —, os indivíduos integrantes das comunidades judaicas existentes em diversas localidades foram obrigados a converter-se ao catolicismo ou a abandonar os territórios em causa. Ao longo dos séculos XVI a XVIII, esses portugueses e os seus descendentes foram formalmente identificados como cristãos-novos pelo Estado e pela Igreja Católica lusos. Alvo de diversas formas de discriminação jurídico-institucional, eram, ainda, vítimas por inerência da actividade do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição. Enquanto ex-judeus ou descendentes de judeus, seriam falsos católicos e manteriam uma tendência irreprimível para “judaizar” (pensar e agir de acordo com os preceitos culturais e religiosos do judaísmo).

No plano da informalidade, isto é, das relações socioculturais difusas, os cristãos-novos eram efectivamente encarados por muitos dos cristãos-velhos como judeus camuflados ou, pelo menos, como judeus obrigados a simular uma vivência católica. Um dos vestígios comprovativos dessa identificação e correspondente hostilidade ou estranheza é o facto de os cristãos-novos

⁴ Cfr., nomeadamente, BALIBAR, Étienne; WALLERSTEIN, Immanuel, *Raça, nação, classe. As identidades ambíguas*. São Paulo: Boitempo, 2021; BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador* (trad. do francês). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002; BRAUNSTEIN, Jean-François. *A religião Woke*. Lisboa: Guerra & Paz, 2023; CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Coimbra: Quarteto Editora, 2001.; HESPANHA, António Manuel. “História e sistema: interrogações à historiografia pós-moderna”, *Ler História*, n. 9, 1986; NEIMAN, Susan. *A esquerda não é woke*. Belo Horizonte: Editora **Âyiné**, 2023; NUNES, Adérito Sedas, “Questões preliminares sobre as ciências sociais”, *Análise Social*, v. VIII, n. 30/31, 1970; NUNES, João Paulo Avelãs Nunes. “História e historiografia, património cultural e museologia, lazer e turismo culturais: uma abordagem deontológico-epistemológica e teórico-metodológica”, *Revista de Teoria da História*, v. 17, n. 1, Julho de 2017; _____. “Historiografia e tecnologias derivadas: relevância social, epistemologia e deontologia”. In: VAQUINHAS, Irene Maria et. al. (Coords.). *História, empresas, arqueologia industrial e museologia*. Coimbra: IUC, 2021; PAIS, José Machado. *Consciência histórica e identidade*. Oeiras: Celta Editora, 1999; PLUCKROSE, Helen; LINDSAY, James. *Teorias cónicas* (trad. do inglês). Lisboa: Guerra & Paz, Editores, 2021; ROUDINESCO, Elisabeth. O eu soberano. Ensaio sobre as derivas identitárias (trad. do francês). Rio de Janeiro: Zahar, 2022; VARGAS LLOSA, Mario. *O apelo da tribo* (trad. do castelhano). Lisboa: Quetzal, 2018; VATTIMO, Gianni. *O fim da modernidade. Niilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna*. Lisboa: Editorial Presença, 1987; WOOD, Ellen Meiksins. *Democracy against capitalism. Renewing historical materialism*. Cambridge: CUP, 1996.

serem colectiva e individualmente designados através do termo marranos. Sendo marrano sinónimo de porco, tratava-se, inequivocamente, de um duplo insulto. Pessoas eram rebaixadas a um estatuto de seres não humanos e escolhia-se, para o efeito, uma espécie com uma representação muito negativa na cultura judaica.

Se, por um lado, a opção inicial pela conversão forçada poderá ser caracterizada como fruto de uma mundividência anti-judaica — o único problema dos judeus estaria na prática de uma “falsa religião” —; por outro lado a criação e a longa existência tanto da categoria de cristão-novo como do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição indiciam a presença de concepções pelo menos embrionariamente anti-semitas (o perigo decorreria do inultrapassável “sangue judaico”). No esforço para se integrarem num Estado e numa sociedade obrigatoriamente católicos; para tentarem evitar ou, pelo menos, sobreviver à brutal e continuada violência exercida pelo Tribunal do Santo Ofício da Inquisição, os cristãos-novos adoptaram múltiplas estratégias.

Entre as principais modalidades de aculturação ou de camuflagem utilizadas pelos cristãos-novos ao longo dos séculos XVI a XVIII, saliento a migração de pequenas vilas do interior de Portugal para as cidades do litoral e para colónias, protectorados ou feitorias (nomeadamente o Brasil). Destaque, ainda, para o abandono das formas de sociabilidade judaica — religiosas e culturais em geral — mais facilmente identificáveis por possíveis delatores, a concretização de algumas práticas religiosas e culturais católicas, o desempenho de actividades profissionais não associadas a judeus, os casamentos mistos com cristãos-velhos, o quase total abandono das vivências religiosas e culturais judaicas.

Mesmo aqueles cristãos-novos que, até ao início do século XIX, optaram quer por se exilar ou por emigrar para Estados menos intolerantes relativamente a indivíduos de origem judaica (regressando, ao mesmo tempo, a uma sociabilidade judaica em termos culturais e religiosos), encontraram inúmeros constrangimentos. Para além dos obstáculos colocados por entidades administrativas e eclesiásticas lusas, complementarmente a manifestações de anti-judaísmo e de proto anti-semitismo existentes nessas outras sociedades, depararam-se, nas comunidades judaicas de acolhimento, com o trauma e o pós-trauma decorrentes da ameaça de violência e/ou da violência sofridas em Portugal e nos respectivos territórios não autónomos; com as acusações ou desconfianças associadas ao abandono — parcelar, temporário e imposto embora — do judaísmo e da cultura judaica; com as dificuldades e potencialidades

decorrentes de terem tido uma formação explicitamente sincrética (judaica e católica); com as rivalidades entre judeus sefarditas, asquenazes e orientais, entre judeus oriundos de diversos Estados.

Talvez assim seja possível compreender melhor razões pelas quais, ainda na Época Moderna, os súbditos portugueses de origem judaica — aqueles que se reconheciam como tais e que assim eram identificados por terceiros — se terão subdividido em dois sub-universos cada vez mais separados. Haveria, em primeiro lugar, o grupo daqueles que, como judeus em outros Estados ou como cristãos-novos em Portugal e nos respectivos territórios não autónomos mantinham o contacto com o essencial da cultura judaica — religião incluída — e com outros segmentos da diáspora judaica (antes de mais, da re-diáspora sefardita). Existiriam, também, aqueles que, como cristãos-novos em Portugal e nos respectivos territórios não autónomos, conheciam, apenas, pequenas parcelas da cultura judaica; desconheciam a existência dos múltiplos ramos da diáspora judaica⁵.

Pelo menos desde o início da Época Contemporânea⁶ e até à implantação de soluções políticas republicanas, tanto Portugal — de 1820 a 1910 — como o Brasil (de 1822 a 1889) assistiram, enquanto Monarquias Constitucionais, por um lado, à chegada de exilados, refugiados e imigrantes de origem judaica — com a consequente criação de estruturas comunitárias em algumas cidades —; por outro lado, a processos em que cidadãos portugueses ou brasileiros até então em situação de cripto-judaísmo assumiram o regresso público a uma vivência cultural e religiosa judaica. Tratando-se, embora, de comunidades pequenas (em termos absolutos e relativos), garantiram, em primeiro lugar, o seu reconhecimento junto de ambas as sociedades civis, aparelhos de Estado e sistemas políticos; em segundo lugar, a retoma de contactos regulares com outros sectores da diáspora judaica.

Bloqueados pelo receio do regresso das perseguições por parte dos Estados, da Igreja Católica e dos vizinhos ex-cristãos-velhos, muitos dos

⁵ Cfr., entre outros, BENBASSA, Esther (Dir.). *Mémoires juives d'Espagne et du Portugal*. Paris: Éditions Publisud, 1996; DIMONT, Max I. *Jews, god an history*. Nova Iorque: Mentor, 1994; MUCZNIK, Esther et. al. (Coords.). *Dicionário do judaísmo português*. Lisboa: Editorial Presença, 2009; MUCZNIK, Esther. *Judeus portugueses. Uma história de luz e sombra*. Lisboa: Manuscrito, 2021; REIS, Maria de Fátima; PINTO, Paulo Mendes (Coord.). *Identidade e memória sefardita: história e actualidade*. Terra(s) de Sefarad 2017. *Encontros de Culturas Judaico-Sefarditas*. Bragança: CMB/Ideias Emergentes, 2019; TAVARES, Maria José Ferro. *Os judeus em Portugal no século XV*, 2 volumes. Lisboa: INIC, 1982-1984; J.A.R.S. TAVIM, José Alberto R. Silva et. al. (Org.). *As diásporas dos judeus e cristãos-novos de origem ibérica entre o Mar Mediterrâneo e o Oceano Atlântico*. Estudos. Lisboa: CH, 2020.

⁶ Lembro, a este propósito, que, a partir do Reinado de D. José I (1750-1777), o Estado português desactivara o essencial das modalidades formais de discriminação e de repressão de que eram alvo específico os seus súbditos de origem judaica.

pequenos núcleos de portugueses e de brasileiros ex-cristãos-novos — localmente auto e hetero-identificados como judeus ou marranos — mantiveram, quer o seu anterior secretismo, isolamento e perda de contacto com grande parte da cultura judaica, quer a quase ausência de ligações às comunidades judaicas publicamente refundadas em Portugal e no Brasil. O facto de a generalidade desses marranos viverem em zonas rurais do interior e cultivarem, sobretudo, formas de cultura popular, reforçaram a possibilidade de continuarem a ser desconhecidos em outras regiões dos países e territórios não autónomos em causa, bem como em outros Estados.

Fruto das suas próprias idiossincrasias e, ao mesmo tempo, das tensões geradas no relacionamento com as maiorias de cultura não judaica envolvidas, em Portugal e no Brasil oitocentistas nem as comunidades judaicas nem os núcleos de marranos encararam como algo positivo o estabelecimento e o aprofundamento de contactos e de relações bilaterais. Entre os marranos, essa postura terá resultado do medo de eventuais consequências futuras de uma assunção pública de judaísmo, mesmo num regime liberal conservador; da dificuldade em aceitarem o carácter radicalmente parcelar e sincrético das respectivas vivências do judaísmo e da cultura judaica em geral; da quase impossibilidade de abarcarem as efectivas complexidade e dimensão da diáspora judaica.

Perante iniciativas de marranos que procuraram entrar em contacto com comunidades judaicas portuguesas e brasileiras de forma a serem apoiados no regresso a práticas mais estruturadas do judaísmo e da cultura judaica, as entidades em causa começaram por recusar promover tanto esses processos individuais como estratégias conjuntas de aproximação aos núcleos de marranos sobreviventes em cada um dos países referidos. A explicação para as referidas posturas terá a ver com o não reconhecimento da realidade sociocultural dos marranos como parte da diáspora judaica; com a desvalorização de modos de vida essencialmente baseados em culturas populares; com preocupação de não desencadear reacções violentas por parte de sectores mais anti-judaicos e/ou anti-semitas das sociedades civis, dos sistemas políticos e aparelhos de Estado de Portugal e do Brasil.

A partir da implantação de experiências político-institucionais republicanas (ou seja, de 15 de Novembro de 1889 até aos nossos dias), assistiu-se, no Brasil, à substancial ampliação quantitativa da respectiva comunidade judaica, ao aumento do grau de diversidade interna da mesma — cidadãos brasileiros, exilados, refugiados e imigrantes; asquenazes, orientais e sefarditas; com

diferentes atitudes perante o judaísmo, o sionismo, as alternativas políticas existentes no Brasil ou em outros países, entre os quais, a partir de 1948, o Estado de Israel —, ao crescimento da intensidade dos debates acerca dos e por parte dos indivíduos de origem judaica mais ou menos integrantes da comunidade em causa. Em sentido inverso, a realidade dos núcleos de marranos brasileiros permanecerá pouco conhecida.

Tendo em conta, quer a dimensão e a pujança intelectual da sua comunidade judaica, quer as particulares intensidade e explicitude que a multiculturalidade assume no Brasil pelo menos desde o início do século XX, não deixa de ser surpreendente o isolamento que, no essencial, continuará a marcar a generalidade dos núcleos de marranos brasileiros. Essa especificidade é tanto mais notória quando comparada com a evolução dos núcleos de marranos sobreviventes no Perú até à segunda metade do século XX. Também descendentes de cristãos-novos portugueses e brasileiros, os marranos peruanos terão concretizado um processo conjunto de reconstituição de memória, de reintegração na diáspora judaica e, depois, em parte, de imigração para Israel.

No que concerne a Portugal, de 5 de Outubro de 1910 à actualidade, verificou-se tanto um relativo aumento da respectiva comunidade judaica como um assinalável crescimento da notoriedade pública dos e do conhecimento sobre os núcleos de marranos. Também ali ocorreu um acréscimo das polémicas a propósito dos judeus e um reforço da presença pública de indivíduos de origem judaica; algum crescimento do número e da pluralidade interna da comunidade de judeus residentes em Portugal (cidadãos portugueses, incluindo alguns de origem marrana; exilados, refugiados e imigrantes; sefarditas e asquenazes; com diferentes atitudes perante o judaísmo, o sionismo, as alternativas políticas existentes em Portugal e nos respectivos Territórios Não Autónomos ou em outros países, nomeadamente, a partir de 1948, no Estado de Israel).

Em resultado da actuação não necessariamente concertada de três personalidades heterodoxas e que manifestaram um dinamismo inabitual — o Padre Francisco Manuel Alves, o Capitão Artur de Barros Basto e o Engenheiro Samuel Schwarz —, bem como de muitos outros indivíduos e organizações (nacionais e estrangeiras), nas décadas de 1920 a 1940 Portugal albergou a primeira fase do processo de hetero e auto-caracterização dos respectivos núcleos de marranos, do qual fez parte o debate sobre a relação dos mesmos com a diáspora judaica em geral e com a re-diáspora sefardita em particular. Uma segunda etapa dessa mesma evolução tem decorrido desde 1974, isto é,

desde o fim da ditadura do Estado Novo, da implantação de um regime democrático e do estabelecimento de relações diplomáticas com o Estado de Israel.

Liderado por Artur Barros Basto, um dos fundadores da Comunidade Israelita do Porto — ele próprio um marrano regressado ao judaísmo em Tânger (Marrocos) depois de recusado pela Comunidade Israelita de Lisboa —, a primeira fase do processo em causa (conhecida por “Resgate dos Marranos”) terá perdido fulgor a partir da segunda metade da década de 1930, condicionado pela reação negativa do Estado Novo e da Igreja/“Acção Católica Portuguesa”, por conflitos no seio da Comunidade Israelita do Porto, por reticências da Comunidade Israelita de Lisboa; pelas sequelas indirectas da emergência de um anti-semitismo radical, da Segunda Guerra Mundial e do Holocausto. Continuará por conhecer o destino posterior da generalidade dos cidadãos portugueses que se assumiram/que foram identificados como marranos nos anos 1920 e 1930⁷.

Após o Golpe de Estado/Revolução de 25 de Abril de 1974, tem sido realizado um esforço de reconstituição, análise e divulgação acerca, por um lado, de Samuel Schwarz, de Artur Barros Basto e do movimento de “Resgate dos Marranos”; por outro lado, da evolução dos marranos portugueses desde o início do século XIX até ao imediato pós-Segunda Guerra Mundial e pós-Holocausto. No que diz respeito especificamente ao núcleo de marranos do Concelho de Belmonte (na Beira Baixa), verificou-se um esforço de caracterização antropológica e historiográfica da comunidade tal como a mesma se encontrava nas décadas de 1970 e 1980, uma tentativa de patrimonialização e de turistificação dessa realidade e das memórias a ela associadas que conta com a intervenção da respectiva Câmara Municipal, um processo de reaproximação à cultura judaica e ao judaísmo que conta com a intervenção do Estado de Israel⁸.

⁷ Sobre esta temática é possível e fundamental consultar a coleção do jornal da Comunidade Israelita do Porto (*Ha-Lapid (O Facho)* [1927-1958]).

⁸ Cfr., nomeadamente, ALVES, Francisco Manuel (Reitor ou Abade de Baçal). *Memorias Arqueologico-Historicas do Districto de Bragança*. 11 tomos, Bragança: s.e., 1910-1947; SCHWARZ, Samuel. *La découverte des marranes. Les crypto-juifs au Portugal* [“Préface de Israël Levi”]. Paris: Éditions Chandeigne, 2015 — Préface de Nathan Wachel, Introduction & Notes de Livia Parnes; FIGUEIREDO, Ana Gabriela da Silva. “The Portuguese Marranos Committee. A contribution to a unknown history”. In: TAVIM, José Alberto R. Silva et al. (Org.). *As diásporas dos judeus e cristãos-novos de origem ibérica entre o Mar Mediterrâneo e o Oceano Atlântico*. Estudos. Lisboa: CH, 2020; FRANCO, Manuela. “Judeus em Portugal”. In: MÓNICA, Maria Filomena; BARRETO, António (Coord.). *Dicionário de História de Portugal. Suplemento*, Porto: Livraria Figueirinhas, v. 8, 1999 p. 314-324; GREEN, Abigail; SULLAM, Simon Levis (Eds.). *Jews, liberalism, anti-Semitism. A global history*. Londres: Palgrave Macmillan, 2021; MARTINS, Jorge. *A República e os judeus*. Lisboa: Nova Vega, 2010; MEA, Elvira de Azevedo; STEINHARDT, Inácio. *Ben-Rosh. Biografia do Capitão Barros Basto, o “apóstolo dos marranos”*. Porto: Edições Afrontamento, 1997; PARNES, Livia. *Présences juives dans le Portugal contemporain*

Portugal, o Brasil, os judeus e os marranos de 1820 e de 1822 aos nossos dias

Lembro, antes de mais, o que é óbvio mas que, mesmo assim, deve ser salientado. Tanto Portugal como o Brasil viveram, entre 1820 ou 1822 e a actualidade, diferentes regimes políticos, durante os quais foram adoptadas diversas atitudes perante os judeus (nacionais e estrangeiros), os marranos, a memória dos antigos judeus — forçados à conversão ao catolicismo ou expulsos — e, depois, dos cristãos-novos. Assumiram, igualmente, posturas diferentes indivíduos e organizações de ambas as sociedades civis e sistemas políticos, indivíduos e entidades dos dois aparelhos de Estado. Até 1974, a referência a Portugal significa considerar, quer o “território continental” e as “Ilhas Adjacentes”, quer os respectivos Territórios Não Autónomos (proteccionados ou colónias).

Desde o início da Época Contemporânea, Portugal conheceu um regime liberal-conservador com vectores de autoritarismo (Monarquia Constitucional, 1820-1891) e um regime demoliberal com vectores de autoritarismo (Monarquia Constitucional, 1891-1910), ambos de cariz monárquico; um regime demoliberal com vectores de autoritarismo (Primeira República, 1910-1926), um regime de extrema-direita autoritário (Ditadura Militar, 1926-1933), um regime de extrema-direita e tendencialmente totalitário (Estado Novo, 1933-1974), um processo revolucionário (1974-1976) e um regime democrático (1976-...), sempre sob o figurino republicano.

Por sua vez, o Brasil conheceu um regime monárquico liberal-conservador e com vectores de autoritarismo (Império, 1822-1889); um regime demoliberal com vectores de autoritarismo (Primeira República, 1889-1930), Governos de extrema-direita autoritários (Nova República, 1930-1937) e um regime de extrema-direita tendencialmente totalitário (Estado Novo, 1937-1945)⁹, um regime demoliberal aberto mas com vectores de autoritarismo (1946-1964), um regime de extrema-direita tendencialmente totalitário

(1820-1939), 2 volumes, Paris, 2002 (policopiado); VITAL, David. *A people apart. The jews in Europe (1789-1939)*. Oxford: OUP, 2009.

⁹ Parto do pressuposto de que Governos e regimes ditatoriais — autoritários e/ou totalitários — que se procuram legitimar e consolidar a partir de ideologias sobretudo de direita assumem características no essencial definidoras de ideários, simbologias e actuações típicas da extrema-direita. Lógica semelhante se aplicaria a Governos e regimes ditatoriais — autoritários e/ou totalitários — que se procuram legitimar e consolidar a partir de ideologias sobretudo de esquerda, os quais seriam de extrema-esquerda. Cfr. NUNES, João Paulo Avelãs. “Sobre a utilidade da teoria na historiografia: o exemplo da história dos regimes políticos no século XX”. In: DOCKHORN, Gilvan Veiga et. al. (Coords.). *Brasil e Portugal: ditaduras e transições para a democracia*. Santa Maria e Coimbra: Editora UFSM e IUC, 2020a, p. 47-71.

(Ditadura Militar, 1964-1985) e um regime democrático (1985-...), sempre sob o figurino republicano.

Relativamente, por um lado, aos judeus e aos marranos da Época Contemporânea; por outro lado, à memória dos judeus e cristãos-novos da Idade Média e da Idade Moderna, considero que em ambos os países é possível referenciar perspectivas e actuações anti-judaicas; anti-semitas moderadas e radicais; filo-semitas; sionistas ou pró-sionistas. Mau grado a maioria das posturas anti-judaicas e anti-semitas estejam associadas a mundividências conservadoras e/ou de direita, têm também existido manifestações de anti-judaísmo e de anti-semitismo fundadas em valores de esquerda. Defendo, ainda, que, devido tanto às escolhas das respectivas elites como à pressão exercida pelas potências dominantes das zonas de influência em que têm estado integrados, nem o Estado português nem o Estado brasileiro concretizaram, nos séculos XIX a XXI, políticas anti-semitas radicais ou, menos ainda, anti-semitas genocidárias.

Tanto a Monarquia Constitucional portuguesa como o Império brasileiro, embora se afirmassem de pendor católico, viabilizaram a prática de outras confissões religiosas — judaísmo incluído — desde que as mesmas não assumissem características públicas explícitas. A generalidade dos intelectuais e dos dirigentes políticos de ambos os regimes liberais conservadores defenderam, mesmo, uma leitura filo-semita do passado e do futuro dos dois países: a perseguição aos judeus e aos cristãos-novos explicaria parte dos bloqueios acumulados na Idade Moderna; a superação “desse atraso” (nos planos económico e social, científico e tecnológico) dependeria, nomeadamente, da reconstituição e plena integração das respectivas comunidades judaicas, preferencialmente de tradição sefardita.

Simbolizado pelo “Affaire Dreyfus” (França, 1894-1906) e pela publicação de múltiplas edições dos *Protocolos dos Sábios de Sião* (1903-1905 e seguintes), pelo menos a partir da última década do século XIX o anti-semitismo — moderado e/ou radical — passou a fazer parte do argumentário de personalidades e organizações portuguesas e brasileiras tanto de direita e de extrema-direita como de esquerda e extrema-esquerda. Apesar de vários dos citados actores ideológicos e políticos se apresentarem como católicos, aquela que viria a ser, na primeira metade do século XX, a corrente predominante do catolicismo organizado (a democracia cristã conservadora) escolheu adoptar o anti-semitismo moderado, o anti-judaísmo ou, mesmo, a ausência de referências hostis a judeus, cristãos-novos e marranos.

Foi nessa conjuntura — último quartel do século XIX e primeiro quartel do século XX — que, na Europa e na América, os mitemas do anti-semitismo atingiram a sua expressão máxima, relevante para a posterior viabilização dos atos de violência de massas contra indivíduos de origem judaica e, depois, do genocídio (o Holocausto). Os judeus seriam um povo asiático que visaria dominar o Mundo, recorrendo para o efeito à destruição da superior “Civilização Ocidental” (cristã, monárquica e corporativa). Fiéis à sua Nação, procurariam misturar-se e camuflar-se, mas recusariam integrar-se efectivamente em qualquer outro Estado. Fatores de uma ditadura despótica, promoveriam o liberalismo e a democracia, o comunismo anarquizante e as guerras.

Crentes fanáticos da sua religião oriental, fomentariam o laicismo e a liberdade religiosa, o ateísmo e a profanação de locais de culto cristão, os assassinatos rituais de crianças e de idosos. Parasitas em termos económicos e sociais, propagariam o capitalismo e o colectivismo. Reféns de uma sexualidade masculina animalesca, disseminariam o feminismo e o divórcio, a contracepção e o aborto, a prostituição e a pedofilia, o consumo de álcool e de drogas. Supostamente incapazes de subtileza e de grandeza estética, gerariam o subjectivismo e o que muitos militantes e indivíduos anti-semitas adjetivavam ou encararam como “arte degenerada”.

Perante a proclamada indiscutibilidade desta caracterização — pretendidamente validada pela teologia, pela filosofia e/ou pela ciência —, os anti-judaicos advogaram a busca incessante da conversão de cada um dos judeus ao que designavam como “a religião verdadeira” (isto é, a uma das formas de cristianismo). Os anti-semitas moderados propuseram a demonstração do perigo representado pelos judeus e a segregação preventiva dos mesmos, a limitação do número de judeus existentes em cada país e a vigilância das ligações entre cada comunidade judaica nacional e uma mitificada “Internacional Judaica”. Os anti-semitas radicais e genocidários exigiram atribuir prioridade à denúncia da malignidade absoluta dos judeus, à expropriação e expulsão dos mesmos, à eliminação cultural e física de todos semitas caso aqueles resistissem às medidas ditas de “higiene racial” (apresentadas como legítimas e imprescindíveis).

Reivindicando, com maior ou menor propriedade, um pendor laicista e de fomento da liberdade religiosa, tanto a Primeira República brasileira como a sua congénere portuguesa tornaram formalmente legal a prática pública da religião judaica. Muitas das críticas feitas a ambos os regimes demoliberais com vectores de autoritarismo, oriundas das correspondentes extremas-direitas e

extremas-esquerdas, remetiam para supostas ligações entre as lideranças republicanas e a “Internacional Judaica”, nomeadamente através da Maçonaria, da “Plutocracia Capitalista” e do “Bolchevismo Russo”, do “entreguismo” de parcelas do “território nacional” (Territórios Não Autónomos incluídos) e da defesa do multilateralismo.

No seguimento da implantação de Governos ou de regimes ditatoriais autoritários e/ou totalitários de extrema-direita — a Ditadura Militar e o Estado Novo em Lisboa, a Nova República e o Estado Novo no Rio de Janeiro —, na década de 1930 e até ao imediato pós-Segunda Guerra Mundial os Estados português e brasileiro regressaram a um confessionalismo católico informal. Embora a legislação e a generalidade da prática institucional preservassem o essencial dos princípios da laicização de ambos os aparelhos de Estado e sociedades civis (indivíduos de origem judaica incluídos), parte dos “intelectuais orgânicos” e dos dirigentes políticos das referidas ditaduras adoptaram discursos anti-semitas radicais e práticas anti-semitas moderadas.

Segundo os mesmos ideólogos, o catolicismo definiria Portugal e o Brasil, que teriam sido vítimas da “agressão dos judeus” desde o fim do Império Romano do Ocidente (apoio à Invasão Muçulmana, provocações constantes aos católicos, prática da usura e do açambarcamento, assassinatos rituais de crianças e de idosos, violência sexual sobre mulheres católicas, disseminação clandestina do judaísmo, fomento das Invasões Holandesas, apoio às Invasões Napoleónicas). Daí a necessidade e a legitimidade indiscutíveis dos surtos de “justiça popular” contra as judiarias na Idade Média, da imposição da conversão ao catolicismo ou da expulsão no final do século XV/início do século XVI, do funcionamento do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição nos séculos XVI a XVIII.

Proclamavam, ainda, que, depois das rupturas de 1820 e de 1822, teria passado a ser decisivo manter pequenas, tão assimiladas quanto possível e sob vigilância as comunidades judaicas portuguesa e brasileira; impedir o abandono do catolicismo e o regresso ao judaísmo por parte dos marranos; proibir a entrada — na qualidade de imigrantes, refugiados ou exilados — ou garantir a saída de mais indivíduos de origem judaica; apoiar os “Governos de ordem” de países que, “tardiamente embora” por comparação com Espanha e com Portugal, estariam a atenuar ou a resolver os respectivos “problemas judaicos”. Mau grado a constatação inequívoca da escala e da brutalidade do Holocausto, a criação do Estado de Israel e as conclusões do Concílio Vaticano II, pelo menos até ao final do consulado de António de Oliveira Salazar (1968)

o Estado Novo luso teria permanecido estritamente fiel aos pressupostos e às práticas elencados. Lisboa só estabeleceu relações diplomáticas com Telavive em Maio de 1977, três anos depois do Golpe de Estado/Revolução de 25 de Abril de 1974.

Antes e depois do início da Segunda Guerra Mundial e, mais tarde, do desencadear do Holocausto; depois do fim daquele conflito militar generalizado e do Estado Novo chefiado por Getúlio Vargas, a evolução da realidade brasileira terá, entretanto, sido bastante diferente. Embora alguns dos dirigentes da ditadura, dos quadros superiores do aparelho de Estado e de personalidades/organizações da sociedade civil defendessem o ideário e a *praxis* anti-semitas e heugénicos citados, outras lideranças do regime, quadros do aparelho de Estado e individualidades/organizações da sociedade civil (incluindo o essencial dos representantes e dos membros da comunidade judaica) expressaram perspectivas alternativas e intervieram em sentido oposto.

Das diferenças entre as duas ditaduras, as duas sociedades civis e as duas comunidades judaicas resultou, pois, que, entre meados dos anos 1930 e o imediato pós-Segunda Guerra Mundial/o imediato pós-Holocausto, muitos indivíduos de origem judaica acabaram por entrar no Brasil como imigrantes ou refugiados. Parte substancial dessas pessoas acabou por ficar no Brasil e por adquirir cidadania brasileira. Em sentido inverso, os núcleos de marranos continuaram a ser pouco referenciados. O Brasil tornou-se um Estado beligerante ao lado dos Aliados, adoptou um regime demoliberal aberto mas com vectores de autoritarismo (1946-1964), revisitou criticamente o anti-judaísmo e o proto anti-semitismo presentes durante o período colonial, condenou o anti-semitismo genocidário da Alemanha sob o regime nacional-socialista, estabeleceu relações diplomáticas com Israel em Fevereiro de 1949. A situação descrita foi, em grande parte, preservada durante a Ditadura Militar (1964-1985) e ampliadamente retomada no seguimento do estabelecimento de um regime democrático (1985-...)¹⁰.

¹⁰ Cfr., entre outros, J. AMEAL, João. *História de Portugal*. Porto: Livraria Tavares Martins, 1940; J AZEVEDO, João Lúcio de. *História dos cristãos novos portugueses*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1921; CARNEIRO, Maria Luíza Tucci. *O anti-semitismo na Era Vargas*. São Paulo: Perspectiva, 2001; FRANCO, Manuela. “Uma influência portuguesa no Levante? A diplomacia ao serviço da propaganda do prestígio da República”, *Política Internacional*, 2002, p. 187-206; _____ “Diversão balcânica: os israelitas portugueses de Salónica”, *Análise Social*, n. 170, 2004, p. 119-147; HAWKINS, Mike. *Social darwinism in european and american thought (1860-1945)*. Cambridge: CUP, 1998; LIMA, Joaquim Alberto Pires de. *Mouros, judeus e negros na história de Portugal*. Porto: Livraria Civilização, 1940; LOFF, Manuel. *As duas ditaduras ibéricas na nova ordem eurofascista*. Florença: 2004, vol. 3 (policopiado); LOUÇÃ, António; PACCAUD, Isabel. *O segredo da Rua d’O Século*. Lisboa: Fim de Século, 2007; MARTINS, Jorge. “O moderno anti-semitismo em Portugal”, *Vária Escrita*, n. 11, 2004, p. 291-336; A.G. Mattoso, 1939; MEA, Elvira Cunha de Azevedo (Coord.). *Amílcar Paulo: o delfim do Capitão Barros*

Possíveis estratégias de patrimonialização e de intervenção sociocultural

Concordo com aqueles que defendem que as concepções, políticas e práticas em torno do património cultural — saber de natureza tecnológica derivado da historiografia e de outras ciências sociais — têm sido introduzidas, em cada país, desde o início dos respectivos processos de estruturação como Estados contemporâneos (isto é, de Estados-Nação ou de Estados-Nações com sociedades civis, sistemas políticos e aparelhos de Estado). Consistindo na governança, mais ou menos integradora ou excludente, consensualizadora ou violenta de memórias e de identidades (a partir de locais, edifícios, estruturas, objectos e rituais de memória), começa por visar construir e intensificar/disseminar sentimentos de pertença a uma Nação e de diferença — com ou sem superioridade — relativamente a outras Nações ou populações/territórios.

Se nessa primeira etapa, a do património cultural tradicional, é quase universal a hegemonia de leituras nacionalistas de cariz unitário, essencialista e historicista, nomeadamente depois da Segunda Guerra Mundial/do Holocausto e em países com regimes democráticos/multilateralistas, têm ocorrido experiências de compatibilização entre a identificação com mínimos denominadores comuns indispensáveis à reprodução auto-crítica de

Basto. Colectânea da sua obra. Porto: CIP, 2018; MILGRAM, Avraham (Ed.). *Entre la aceptación y el rechazo. América Latina y los refugiados judíos del nazismo*. Jerusalém: Yad Vashem, 2003. MILGRAM, Avraham. *Portugal, Salazar e os judeus*. Lisboa: Gradiva, 2010; _____, *Portugal, Salazar e os judeus*. Lisboa: Gradiva, 2010; NUNES, João Paulo Avelãs Nunes. “Neo-darwinism and politico-ideological concepts in Portugal during the first half of the 20th century”. In: PEREIRA, Ana Leonor et. al. (Ed.). *Darwin, evolution, evolutionisms*. Coimbra: IUC, 2011, p. 151-155; _____, “Darwinismo social e antisemitismo: o caso português”, *Cultura, Espaço & Memória*, n. 5, 2014, p. 117-132; NUNES, João Paulo Avelãs. “A memória histórica como instrumento de controlo durante o Estado Novo português: o exemplo do antisemitismo”. In: CARNEIRO, Maria Luíza Tucci; MONTEIRO, Maria Elizabeth Brêa (Org.). *O controle dos corpos e das mentes. Estratégias de dominação dos regimes fascistas e autoritários*. Rio de Janeiro e São Paulo: Arquivo Nacional e LEER/USP, 2019, p. 87-113.; _____, “Sobre a utilidade da teoria na historiografia: o exemplo da história dos regimes políticos no século XX”. In: DOCKHORN, Gilvan Veiga et. al. (Coords.). *Brasil e Portugal: ditaduras e transições para a democracia*. Santa Maria e Coimbra: Editora UFSM e IUC, 2020a, p. 47-71; _____, “Antijudaísmo e antisemitismo moderado, em Portugal, nas décadas de 1930 e 1940”. SENKMANN, Leonardo; MILGRAM, Avraham (Eds.). *Cultura, ideologia y fascismo. Sociedad civil iberoamericana y Holocausto*. Madrid: Iberoamericana Vervuert, 2020b, p. 305-342; PEREIRA, Ana Leonor. *Darwin em Portugal: filosofia, história, engenharia social (1865-1914)*. Coimbra: Livraria Almedina, 2001; PHAYER, Michael. *The Catholic Church and the Holocauste (1930-1965)*. Bloomington: Indiana University Press, 2000; PIMENTEL, Irene Flunser. “O anti-semitismo português na primeira metade do século XX: marginal e importado”. *História*, 3ª Série, n. 15, 1999, p. 42-53; REMÉDIOS, Joaquim Mendes dos. *Os judeus em Portugal*. Coimbra: F. França Amado — Editor, vol. 1, 1895; SAA, Mário. *A invasão dos judeus*. Lisboa: Libanio da Silva, 1925; SCHAEFER, Ansgar. *Portugal e os refugiados judeus provenientes do território alemão*. Coimbra: IUC, 2014; SEQUEIRA, Francisco Pereira de; PEIXOTO, José de Lemos. *Os planos da autocracia judaica: Protocolos dos Sábios de Sião*. Porto: Livraria Portuguesa, 1923; TURDA, Marius e GILLETTE, Aaron. *Latin eugenics in comparative perspective*. Londres: Bloomsbury Academic, 2016; WASSERSTEIN, Bernard. *On the eve. The jews of Europe before the Second World War*. Londres: Profile Books, 2012.

patriotismos nacionais ou federativos e o reconhecimento de identidades/memórias a montante e a jusante das identidades/memórias nacionais (novo património cultural). Talvez seja possível considerar que a referida abordagem corresponde ao reconhecimento da multiculturalidade estruturante de todos os indivíduos e de todas as comunidades (características diferentes e semelhantes, características a abandonar, a manter e a introduzir).

Quanto aos vectores identitários/de memória a montante da escala nacional, referiria aqueles associados tanto a diferentes escalas territoriais (sub-local, local e regional) como a critérios de natureza étnica e/ou religiosa; socioeconómica, sociocultural e socioprofissional; político-ideológica; de sexo, género e vivência da sexualidade; etária. No que concerne aos vectores identitários/de memória a jusante da escala nacional, citaria os espaços de afirmação dos complexos civilizacionais, os âmbitos sub-continental e global ou mundial. Evoco, a este propósito, o papel nuclear desempenhado, nas décadas de 1950 a 1980, pela UNESCO e pela sua publicação periódica, *O Correio da UNESCO*.

Excepção feita ao Estado de Israel (onde estamos perante história, memória e identidade nacionais), estudar e, depois, salvaguardar a memória e representar — através da divulgação da historiografia, da cultura organizacional, do ensino da História, do património cultural, do lazer e turismo de património cultural — portugueses e brasileiros de origem judaica, cristã-nova e marrana, no contexto da diáspora judaica e da re-diáspora sefardita, fará eventualmente mais sentido e só se tornou possível a partir desta nova historiografia, deste novo património cultural e desta nova didáctica da História. Sobretudo no plano da representação (por intermédio do património cultural, da cultura organizacional, do lazer e turismo de património cultural; da divulgação da historiografia e do ensino da História), talvez essa evolução se verifique e, ao mesmo tempo, não ocorra, quer em Portugal quer no Brasil.

Pelo menos desde o início do século XXI, diversas localidades portuguesas assistiram à fundação de iniciativas em torno de património cultural — roteiros de lugares, edifícios, estruturas e práticas socioculturais; museus, núcleos museológicos e centros de interpretação — cujos principais objectivos enunciados têm a ver com salvaguardar a memória e representar portugueses de origem judaica, cristã-nova e marrana¹¹. A maioria desses projectos é da

¹¹ Refiro o Centro de Interpretação da Cultura Sefardita do Nordeste Transmontano (Bragança), o Museu Judaico (Carção, Vimioso, Bragança), o Museu Judaico do Porto, o Museu do Holocausto (Porto), o Centro de Interpretação “Vilar Formoso Fronteira da Paz” (Almeida, Guarda), o Centro de Interpretação da Cultura Judaica Isaac Cardoso (Trancoso, Guarda), o Museu Judaico (Belmonte, Castelo Branco), a Casa da

autoria de Câmaras Municipais ou de comunidades judaicas, integra de alguma forma resultados de investigação historiográfica objectivante, associou-se ao Projecto “Rotas de Séfarad: valorização da identidade judaica portuguesa no diálogo interculturais” — Rede de Judiarias de Portugal. Em várias escolas ocorrem actividades sobre a problemática referida e algumas delas têm o apoio da Memoshóá — Associação Memória e Ensino do Holocausto.

Será, no entanto, também possível identificar vectores de caracterização menos positivos. Algumas das iniciativas em causa revelam-se excessivamente marcadas por propósitos de proselitismo ideológico e/ou religioso, de promoção organizacional, de diferenciação territorial, de fomento turístico enquanto cultura de massas, o que acaba por acarretar menor rigor historiográfico e reducionismo ou maniqueísmo cívicos. Parte dos referidos projectos poderá não acautelar a salvaguarda da privacidade e a vontade de integrantes de núcleos de marranos. O Estado português não assumiu ainda a responsabilidade de criar uma oferta patrimonial e museológica (idealmente polinucleada) que divulgue, de modo continuado, conhecimento historiográfico objectivante, que promova transferência multilateral de saber, que tente contribuir para a qualificação do debate cívico sobre os judeus no território que hoje é Portugal da Antiguidade Clássica ao fim da Idade Média, sobre os portugueses cristãos-novos e acerca do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição na Época Moderna, sobre judeus e marranos no Portugal contemporâneo.

Como muito outros, o designado “tema minoritário” — ou “tema fracturante” ou “memória difícil” — dos portugueses de origem judaica, cristã-nova ou marrana não é suficientemente trabalhado no sistema de ensino não superior português porque o mesmo continuará sobretudo empenhado no apoio à preparação dos estudantes para a realização de testes e de exames, por definição focados nas disciplinas e nos conteúdos programáticos tidos como mais importantes. Não existirão, ainda, incentivos sistémicos à concretização regular pelas escolas tanto de iniciativas extra-curriculares como à dinamização de clubes de actividade. O Estatuto de Carreira, a avaliação de desempenho e a formação contínua também não promoverão a realização

Memória da Presença Judaica (Castelo Branco), o Centro de Memória Judaica (Vila Cova à Coelheira, Vila Nova de Paiva, Viseu), o futuro Museu Aristides de Sousa Mendes (Cabanas de Viriato, Carregal do Sal, Viseu), o Núcleo “Judeus de Coimbra” do Museu Municipal da Câmara Municipal de Coimbra, o Museu Hebraico Abraão Zacuto (Tomar, Santarém), o Museu de Damião de Góis e das Vítimas da Inquisição (Alenquer, Lisboa), o Centro de Interpretação da Comunidade Judaica (Torres Vedras, Lisboa), o futuro Tikva — Museu Judaico (Lisboa), o Espaço Memória dos Exílios (Cascais, Lisboa), a Casa da Inquisição — Centro Interpretativo da História Judaica (Monsaraz, Reguengos de Monsaraz, Évora), a Sinagoga de Castelo de Vide (Portalegre), a Casa da História Judaica (Elvas, Portalegre), o Centro Histórico Judaico (Faro), o Museu Hebraico (Ponta Delgada, Ilha de São Miguel, Açores).

frequente pelos professores de História da ligação à história e ao património cultural locais, de iniciativas extra-curriculares e da dinamização de clubes de actividade.

Relativamente ao Brasil, mau grado quer a substancial dimensão da sua actual comunidade judaica quer a relevância dos judeus e cristãos-novos na respectiva evolução histórica desde o século XVI até aos nossos dias, a oferta de iniciativas aparenta ser menor nos planos do património cultural¹² e do ensino não-superior. Se o peso dos brasileiros de origem judaica asquenaze ou judaica oriental (chegados desde a segunda metade do século XIX) face aos brasileiros de origem judaica sefardita ajudará a explicar o eventual menor empenhamento de organizações judaicas brasileiras, a precariedade da intervenção de Governos Estaduais e do Governo Federal careceria de outra contextualização. No que diz respeito aos brasileiros de origem marrana, o desconhecimento e a ausência de representações será ainda acrescido.

A terminar esta parcela do presente artigo, chamaria a atenção para questões de natureza deontológica que decorrem de investigação historiográfica, da divulgação científica, da patrimonialização e da potenciação, por intermédio do lazer e do turismo de património cultural, de resultados de investigação sobre vítimas de discriminação, violência de massas ou genocídio em geral e, em particular, acerca de indivíduos que integram núcleos de marranos portugueses ou brasileiros (processos transicionais). Se o direito à investigação é indiscutível e a relevância da temática é grande, a recolha e a utilização de documentação oral só poderão ser feitas com a autorização expressa das pessoas em causa.

Mais complexos, ainda, serão os planos da divulgação científica e, sobretudo, da patrimonialização e da correspondente rentabilização, através do lazer e do turismo de património cultural, da experiência de vida e da memória dos indivíduos e dos núcleos de marranos portugueses e brasileiros. Lembro que estão em causa, antes de mais, os direitos à auto-governança da memória e à privacidade de indivíduos herdeiros de vivências de resistência e de sobrevivência mas, também, de sofrimento, de receio e de camuflagem; de pessoas talvez emersas em culturas populares sincréticas e de âmbito local,

¹² Identifico a Sinagoga Kabal Zur Israel (Recife, Pernambuco), o Abradjin — Museu da História da Inquisição (Belo Horizonte, Minas Gerais), o Museu Judaico do Rio de Janeiro, o Museu Judaico de São Paulo, o Memorial da Imigração Judaica e Museu da Imigração Judaica (São Paulo), o Museu do Holocausto (Curitiba, Paraná), o Instituto Cultural Judaico Marc Chagall (Porto Alegre, Rio Grande do Sul).

menos disponíveis para serem introduzidas em polémicas globais e, por vezes, marcadas por níveis elevados de integrista religioso¹³.

Conclusão

Depois de delimitar e de tentar demonstrar a relevância actual da temática sobre a qual versa este texto, comecei por explicitar e fundamentar as minhas perspectivas acerca de aspectos epistemológicos, teórico-metodológicos e deontológicos que enquadram a actual historiografia em geral e, em particular, a investigação relativa a judeus, cristãos-novos e marranos portugueses e brasileiros. Procurei, depois, sintetizar informação já reconstituída e perspectivas de análise já aventadas a propósito de judeus, cristãos-novos e marranos que, na Época Moderna e na Época Contemporânea, viveram em Portugal e no Brasil. Relativamente aos séculos XVI a XVIII e à acção do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição, chamei a atenção para a eventual presença tanto de anti-judaísmo como de proto anti-semitismo.

Seguiu-se uma sùmula das caracterizações e das interpretações que têm sido feitas acerca do modo como, desde 1820 e de 1822 até aos nossos dias, Portugal e o Brasil — sociedades civis, sistemas políticos e aparelhos de Estado — têm encarado os judeus e os marranos e se têm relacionado com os mesmos, quer enquanto representações do passado e do futuro, quer como indivíduos (cidadãos, exilados, refugiados ou imigrantes). Defendi que a aplicação das categorias teóricas de filo-semitismo, anti-semitismo radical e/ou anti-semitismo moderado, darwinismo social e eugenia positiva, integrista religioso e sionismo é adequada à produção de um conhecimento mais objectivante sobre a problemática em apreço.

Esbocei, finalmente, um rastreio e um balanço acerca do modo como, em Portugal e no Brasil, o ensino da História e o património cultural, a cultura organizacional e o lazer/o turismo de património cultural têm sido utilizados

¹³ Cfr., nomeadamente, ARENDT, Hannah. *Homens em tempos sombrios* (trad. do inglês). Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2021; FRACAPANE, Karel; HASS, Mathias (Eds.). *Holocaust education in a global context*. Paris/Berlim: UNESCO Publishing/Topography of Terror Foundation, 2014; GUTTERMAN, Marco. *Holocausto e memória*. São Paulo: Editora Contexto, 2020; GUTTERMAN, Bella; SHALEV, Avner (Eds.). *To bear witness. Holocaust remembrance at Yad Vashem*. Jerusalém: Yad Vashem, 2005; JESUS, Carlos Gustavo Nóbrega de. *Anti-semitismo e nacionalismo, negacionismo e memória. Revisão Editora e as estratégias da intolerância (1987-2003)*. São Paulo: Editora UNESP, 2006; LACAPRA, Dominick. *History and memory after Auschwitz*. Ithaca: Cornell University Press, 1998; NUNES, João Paulo Avelãs Nunes. "Modalidades de intolerância no passado e no presente: o exemplo do anti-semitismo", *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, v. 63, 2023, p. 167-188; SEN, Amartya. *Identidade e violência* (trad. do inglês). Lisboa: Edições Tinta-da-China, 2007; TRAVERSO, Enzo. *O passado, modos de usar* (trad. do francês). Lisboa: Edições Unipop, 2012; WHIGHAM, Kerry. *Resonant violence. Affect, memory, and activism in pós-genocide societies*. Londres: Rutgers University Press, 2022.

— ou não — para divulgar o conhecimento que tem sido construído sobre judeus, cristãos-novos e marranos. Apesar da evolução que se tem verificado nas últimas décadas, antes de mais da responsabilidade de comunidades judaicas, Câmaras Municipais e instituições de ensino superior, salientei a presença precária ou a ausência do Estado português e do Estado brasileiro (níveis federal e estadual) neste segmento dos processos transicionais e das políticas de memória e de identidade.

Documentação

ALVES, Francisco Manuel (Reitor ou Abade de Baçal), “Preâmbulo”. *Os judeus no distrito de Bragança, Memórias Arqueologico-Historicas do Districto de Bragança*. Bragança: s.e., Tomo V, 1925, p. 7-18 [...].

ALVES, Francisco Manuel (Reitor ou Abade de Baçal). *Memórias Arqueologico-Historicas do Districto de Bragança*. 11 tomos, Bragança: s.e., 1910-1947.

AMEAL, João. *História de Portugal*. Porto: Livraria Tavares Martins, 1940.

ARENDR, Hannah. *Homens em tempos sombrios* (trad. do inglês). Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2021.

AZEVEDO, João Lúcio de. *História dos cristãos novos portugueses*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1921.

Ha-Lapid (O Facho) [1927-1958].

LIMA, Joaquim Alberto Pires de. *Mouros, judeus e negros na história de Portugal*. Porto: Livraria Civilização, 1940.

MATTOSO, António G., *Compêndio de História de Portugal (Aprovado, oficialmente, como livro único para o 6º Ano dos Liceus)*, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1939.

REMÉDIOS, Joaquim Mendes dos. *Os judeus em Portugal*. Coimbra: F. França Amado — Editor, vol. 1, 1895.

REMÉDIOS, Joaquim Mendes dos, *Os judeus em Portugal*, vol. II, Coimbra, Coimbra Editora, 1928.

SAA, Mário. *A invasão dos judeus*. Lisboa: Libanio da Silva, 1925.

SCHWARZ, Samuel. Os cristãos-novos em Portugal no século XX. Lisboa: [Separata da revista *Arqueologia e História*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, “Prefácio do Dr. Ricardo Jorge”], 1925.

SCHWARZ, Samuel. *La découverte des marranes. Les crypto-juifs au Portugal* [“Préface de Israël Levi”]. Paris: Éditions Chandeigne, 2015 — Préface de Nathan Wachel, Introduction & Notes de Livia Parnes.

SEQUEIRA, Francisco Pereira de; PEIXOTO, José de Lemos. *Os planos da autocracia judaica: Protocolos dos Sábios de Sião*. Porto: Livraria Portuguesa, 1923.

Referências

BALIBAR, Étienne; WALLERSTEIN, Immanuel, *Raça, nação, classe. As identidades ambíguas*. São Paulo: Boitempo, 2021.

BENBASSA, Esther (Dir.). *Mémoires juives d’Espagne et du Portugal*. Paris: Éditions Publisud, 1996.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador* (trad. do francês) Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

BRAUNSTEIN, Jean-François. *A religião Woke*. Lisboa: Guerra & Paz, 2023.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O anti-semitismo na Era Vargas*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Coimbra: Quarteto Editora, 2001.

DIMONT, Max I. *Jews, god an history*. Nova Iorque: Mentor, 1994.

FIGUEIREDO, Ana Gabriela da Silva. “The Portuguese Marranos Committee. A contribution to a unknown history”. In: TAVIM, José Alberto R. Silva et. al. (Org.). *As diásporas dos judeus e cristãos-novos de origem ibérica entre o Mar Mediterrâneo e o Oceano Atlântico. Estudos*. Lisboa: CH, 2020, p. 285-305.

FRACAPANE, Karel; HASS, Mathias (Eds.). *Holocaust education in a global context*. Paris/Berlim: UNESCO Publishing/Topography of Terror Foundation, 2014.

FRANCO, Manuela. “Judeus em Portugal”. In: MÓNICA, Maria Filomena; BARRETO, António (Coord.). *Dicionário de História de Portugal. Suplemento*, Porto: Livraria Figueirinhas, v. 8, 1999, p. 314-324.

FRANCO, Manuela. “Uma influência portuguesa no Levante? A diplomacia ao serviço da propaganda do prestígio da República”, *Política Internacional*, 2002, p. 187-206.

- FRANCO, Manuela. “Diversão balcânica: os israelitas portugueses de Salónica”, *Análise Social*, n. 170, 2004, p. 119-147.
- GARCIA, Maria Antonieta. *Os judeus de Belmonte. Os caminhos da memória*. Lisboa: UNL, 1993.
- GREEN, Abigail; SULLAM, Simon Levis (Eds.). *Jews, liberalism, anti-Semitism. A global history*. Londres: Palgrave Macmillan, 2021, p. 185-208.
- GUTERMAN, Marco. *Holocausto e memória*. São Paulo: Editora Contexto, 2020.
- GUTTERMAN, Bella; SHALEV, Avner (Eds.). *To bear witness. Holocaust remembrance at Yad Vashem*. Jerusalém: Yad Vashem, 2005.
- HAWKINS, Mike. *Social darwinism in european and american thought (1860-1945)*. Cambridge: CUP, 1998.
- HESPANHA, António Manuel. “História e sistema: interrogações à historiografia pós-moderna”, *Ler História*, n. 9, 1986, p. 65-84.
- JESUS, Carlos Gustavo Nóbrega de. *Anti-semitismo e nacionalismo, negacionismo e memória. Revisão Editora e as estratégias da intolerância (1987-2003)*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- LACAPRA, Dominick. *History and memory after Auschwitz*. Ithaca: Cornell University Press, 1998.
- LOFF, Manuel. *As duas ditaduras ibéricas na nova ordem eurofascista*. Florença: 2004, vol. 3 (policopiado).
- LOUÇÃ, António; PACCAUD, Isabel. *O segredo da Rua d’O Século*. Lisboa: Fim de Século, 2007.
- MARTINS, Jorge. “O moderno anti-semitismo em Portugal”, *Vária Escrita*, n. 11, 2004, p. 291-336.
- MARTINS, Jorge. *A República e os judeus*. Lisboa: Nova Vega, 2010.
- MEA, Elvira de Azevedo; STEINHARDT, Inácio. *Ben-Rosh. Biografia do Capitão Barros Basto, o “apóstolo dos marranos”*. Porto: Edições Afrontamento, 1997.
- MEA, Elvira Cunha de Azevedo (Coord.). *Amílcar Paulo: o delfim do Capitão Barros Basto. Colectânea da sua obra*. Porto: CIP, 2018.
- MEA, Elvira Cunha de Azevedo. *O Porto judaico*. Porto: Evo Luna Edições, 2021.

- MILGRAM, Avraham (Ed.). *Entre la aceptación y el rechazo. América Latina y los refugiados judíos del nazismo*. Jerusalém: Yad Vashem, 2003.
- MILGRAM, Avraham. *Portugal, Salazar e os judeus*. Lisboa: Gradiva, 2010.
- MILGRAM, Avraham e SENKMANN, Leonardo (Eds.), *Cultura, ideología y fascismo. Sociedad civil iberoamericana y Holocausto*, Madrid, Iberoamericana Vervuert, 2020.
- MILGRAM, Avraham. “Crypto-jews, sephardim, ashkenazim, and refugees from nazi Europe in early twentieth-century Portugal: together and apart”, *Contemporary Jewry*, 2020, p. 607-626.
- MUCZNIK, Esther et. al. (Coords.). *Dicionário do judaísmo português*. Lisboa: Editorial Presença, 2009.
- MUCZNIK, Esther. *Judeus portugueses. Uma história de luz e sombra*. Lisboa: Manuscrito, 2021.
- NEIMAN, Susan. *A esquerda não é woke*. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2023.
- NUNES, Adérito Sedas, “Questões preliminares sobre as ciências sociais”, *Análise Social*, v. VIII, n. 30/31, 1970, p. 201-298.
- NUNES, João Paulo Avelãs Nunes. “Neo-darwinism and politico-ideological concepts in Portugal during the first half of the 20th century”. In: PEREIRA, Ana Leonor et. al. (Ed.). *Darwin, evolution, evolutionisms*. Coimbra: IUC, 2011, p. 151-155.
- NUNES, João Paulo Avelãs Nunes. “Darwinismo social e antisemitismo: o caso português”, *Cultura, Espaço & Memória*, n. 5, 2014, p. 117-132.
- NUNES, João Paulo Avelãs Nunes. “História e historiografia, património cultural e museologia, lazer e turismo culturais: uma abordagem deontológico-epistemológica e teórico-metodológica”, *Revista de Teoria da História*, v. 17, n. 1, Julho de 2017, p. 162-182.
- NUNES, João Paulo Avelãs Nunes. “A memória histórica como instrumento de controlo durante o Estado Novo português: o exemplo do antissemitismo”. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; MONTEIRO, Maria Elizabeth Brêa (Org.). *O controle dos corpos e das mentes. Estratégias de dominação dos regimes fascistas e autoritários*. Rio de Janeiro e São Paulo: Arquivo Nacional e LEER/USP, 2019, p. 87-113.
- NUNES, João Paulo Avelãs Nunes. “Sobre a utilidade da teoria na historiografia: o exemplo da história dos regimes políticos no século XX”. In: DOCKHORN, Gilvan Veiga et. al. (Coords.). *Brasil e Portugal: ditaduras e transições para a democracia*. Santa Maria e Coimbra: Editora UFSM e IUC, 2020a, p. 47-71.

NUNES, João Paulo Avelãs Nunes. “Antijudaísmo e antissemitismo moderado, em Portugal, nas décadas de 1930 e 1940”. SENKMANN, Leonardo; MILGRAM, Avraham (Eds.). *Cultura, ideología y fascismo. Sociedad civil iberoamericana y Holocausto*. Madrid: Iberoamericana Vervuert, 2020b, p. 305-342.

NUNES, João Paulo Avelãs Nunes. “Historiografia e tecnologias derivadas: relevância social, epistemologia e deontologia”. In: VAQUINHAS, Irene Maria et. al. (Coords.). *História, empresas, arqueologia industrial e museologia*. Coimbra: IUC, 2021, p. 343-366.

NUNES, João Paulo Avelãs Nunes. “Modalidades de intolerância no passado e no presente: o exemplo do anti-semitismo”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, v. 63, 2023, p. 167-188.

NUNES, João Paulo Avelãs Nunes, “Anti-judaísmo e anti-semitismo, em Portugal, no Antigo Regime e na Época Contemporânea”, no prelo.

PAIS, José Machado. *Consciência histórica e identidade*. Oeiras: Celta Editora, 1999.

PARNES, Livia. *Présences juïves dans le Portugal contemporain (1820-1939)*, 2 volumes, Paris, 2002 (policopiado).

PEREIRA, Ana Leonor. *Darwin em Portugal: filosofia, história, engenharia social (1865-1914)*. Coimbra: Livraria Almedina, 2001.

PHAYER, Michael. *The Catholic Church and the Holocauste (1930-1965)*. Bloomington: Indiana University Press, 2000.

PIMENTEL, Irene Flunser. “O anti-semitismo português na primeira metade do século XX: marginal e importado”. *História*, 3ª Série, n. 15, 1999, p. 42-53.

PLUCKROSE, Helen; LINDSAY, James. *Teorias cónicas* (trad. do inglês). Lisboa: Guerra & Paz, Editores, 2021.

REIS, Maria de Fátima; PINTO, Paulo Mendes (Coord.). *Identidade e memória sefardita: história e actualidade. Terra(s) de Sefarad 2017. Encontros de Culturas Judaico-Sefarditas*. Bragança: CMB/Ideias Emergentes, 2019.

ROUDINESCO, Elisabeth. *O eu soberano. Ensaio sobre as derivas identitárias* (trad. do francês). Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

SCHAEFER, Ansgar. *Portugal e os refugiados judeus provenientes do território alemão*. Coimbra: IUC, 2014.

- SEN, Amartya. *Identidade e violência* (trad. do inglês). Lisboa: Edições Tinta-da-China, 2007.
- TAVARES, Maria José Ferro. *Os judeus em Portugal no século XV*, 2 volumes. Lisboa: INIC, 1982-1984.
- TAVIM, José Alberto R. Silva et. al. (Org.). *As diásporas dos judeus e cristãos-novos de origem ibérica entre o Mar Mediterrâneo e o Oceano Atlântico. Estudos*. Lisboa: CH, 2020.
- TRAVERSO, Enzo. *O passado, modos de usar* (trad. do francês). Lisboa: Edições Unipop, 2012.
- TURDA, Marius e GILLETTE, Aaron. *Latin eugenics in comparative perspective*. Londres: Bloomsbury Academic, 2016.
- VARGAS LLOSA, Mario. *O apelo da tribo* (trad. do castelhano). Lisboa: Quetzal, 2018.
- VATTIMO, Gianni. *O fim da modernidade. Nihilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna*. Lisboa: Editorial Presença, 1987.
- VITAL, David. *A people apart. The jews in Europe (1789-1939)*. Oxford: OUP, 2009.
- WACHTEL, Nathan. *Sous le ciel de l'Eden. Juifs portugais, métis & indiens. Une mémoire marrane au Pérou?* Paris: Éditions Chandeigne, 2020.
- WASSERSTEIN, Bernard. *On the eve. The jews of Europe before the Second World War*. Londres: Profile Books, 2012.
- WHIGHAM, Kerry. *Resonant violence. Affect, memory, and activism in pós-genocide societies*. Londres: Rutgers University Press, 2022.
- WILKE, Carsten L., *História dos judeus portugueses* (trad. do francês), Lisboa, Edições 70, 2009.
- WOOD, Ellen Meiksins. *Democracy against capitalism. Renewing historical materialism*. Cambridge: CUP, 1996.

Artigo recebido para publicação em 11/07/2024
Aprovado em 16/09/2024.